

Nicolau Saião

O ÍNDIO E O OCIDENTE
Reflexos de duas visões diferentes sobre o mundo

(1997)

O ÍNDIO E O OCIDENTE Reflexos de duas visões diferentes sobre o mundo*

(Nicolau Saião)

“O homem branco possui uma qualidade que lhe fez abrir caminho: o irrespeito”
Henri Michaux

1. Preâmbulo

Ultimamente, devido a circunstâncias precisas que o desenvolvimento das análises históricas e sociológicas tornou compreensíveis, novos olhares têm sido lançados sobre as antigas nações índias e o denominado *Oeste brávio*. Tem existido mesmo uma clara vontade de compreensão por parte de sectores frequentemente muito afastados do que foram e do que representaram, no seu tempo e no seu espaço próprios, figuras no entanto tão divulgadas como Tecumseh, Sitting-Bull, Geronimo ou Quanah Parker. Multiplicam-se, nos Estados-Unidos mas também fora deles, os estudos e os ensaios sobre este e aquele aspecto da vida dos americanos autóctones, os tais que durante muito tempo foram estrangeiros no seu imenso país e que hoje, acantonados em reservas, ainda são objecto de marginalização por parte de especialistas em malabarismos sociais: se o ouro das Black Hills é hoje memória histórica e um pouco folclórica, não o são seguramente – por exemplo – determinados empreendimentos turísticos e residenciais no território Lakota, bem como a exploração petrolífera e mineral nas terras dos Navajos que sobraram.

Passam agora 340 anos sobre o envio, ao rei Afonso de Portugal, da *“Carta sobre a condição dos Índios do Brasil”*, do padre António Vieira; trinta anos sobre a criação do *“American Indian Movement”*, entidade que contra ventos e marés tem procurado defender os índios norte-americanos da espoliação e da calúnia; e cinco anos sobre o pedido de perdão, em nome do ocidente cristão agressor, endereçado aos Índios pelo actual Papa.

Pela permanência no tempo, da primeira; pela constância e firmeza, da segunda; e pela sensatez (ou deveria dizer pela hipocrisia arrivista e melíflua?) da terceira – dedico a estas três entidades a minha intervenção, agradecendo desde já aos presentes o facto de terem vindo gastar um pouco do seu tempo nesta sessão. E, antes de continuar, gostaria de deixar-vos um momento – à guisa de honesta reflexão – com as breves palavras do chefe Lakota, dos oglalas, Luther Standing Bear, que nos diz numa tirada digna de Jean Giono: *“As vastas e abertas planícies, as belas colinas e as águas que em meandros serpenteiam, não eram aos nossos olhos, “selvagens”. Só o homem branco via a natureza como selvagem e para ele a terra estava infestada de animais “selvagens” e de gentes “selvagens”. Para nós ela era mansa, caritativa e nós sentíamos-nos rodeados pelas bênçãos do Grande Mistério. Só se tornou para nós hostil com a chegada do homem peludo vindo do Leste, o qual nos oprime, bem como às nossas famílias que tanto amamos, com injustiças insanas e brutais. Foi quando os*

animais da floresta se puseram em fuga, à medida que ele se aproximava, que para nós começou o Oeste Selvagem".

Finalmente e uma vez que a etnografia dos índios norte-americanos é hoje uma ciência puramente histórica, talvez faça sentido reter uma frase de Jean Jaurès que reza: "*Do passado, apoderemo-nos do fogo e não das cinzas*".

2. Breve apresentação do índio norte-americano e seu espaço específico

Mais ou menos a partir de 1891, passado cerca de um ano sobre o massacre de Wounded Knee perpetrado pelo exército americano sobre os sioux oglalas liderados pelo chefe Big Foot, começou a falar-se em certos círculos de Leste sobre o "*problema índio*" remanescente. Alguns americanos mais sensíveis às condições em que as outrora poderosas nações índias eram obrigadas a viver, as contínuas tentativas de retirarem aos autóctones o resto dos territórios, transformados em reservas, que ainda estavam na sua posse sem contudo na prática serem por eles controlados, tinham despertado em alguns – escritores, publicistas ou simples particulares – uma espécie de remorso misturado com uma boa dose de má consciência. A seu ver, haveria um triste *problema índio*, que consistiria em factos existentes a partir da tentativa de genocídio e no claro etnocídio praticado contra a nação índia no seu todo. Esta denominação, nação índia, era sem dúvida reflexo – atravessado por um certo humor negro involuntário, a despeito das eventuais boas intenções – dos ecos que lhes chegavam, com meio século de atraso, da aliança formada pelos cherokees, choctaws, seminoles, creeks e chikasaws e que funcionou durante algum tempo, antes dos seus membros serem definitivamente enviados para lá do Mississipi, como uma "*nação doméstica*" no interior da outra.

Com diversas variantes, sulcado por diferentes contradições, este estado de espírito tem-se mantido até aos nossos dias.

Num lúcido ensaio publicado no início dos anos setenta, o escritor francês Claude Roy escreveu com a sua agudeza proverbial que, a seu ver, havia não um *problema índio* mas sim um *problema branco*, ou seja: um *problema ocidental* que através do tempo se comunicara às etnias das diferentes latitudes. E isto porque, como o sublinhou noutro texto o escritor de ascendência Lakota (Sioux) Vine Deloria, o que se passou com os índios norte-americanos revela na perfeição o deficiente sistema societário engendrado pelo homem ocidental, cuja mentalidade cúpida foi um facto infelizmente indesmentível, ainda que camuflado sob o pretexto da evangelização ou da vontade de civilizar.

Estas opiniões são, parece-me, equilibradas e defensáveis. Contudo, é evidente que existe na prática um *problema índio*, assim como houve um claro choque de mentalidades resolvido de forma expeditiva pelos que, chegados ao Novo Mundo, resolveram tomar conta de tudo como se os índios fizessem apenas parte da paisagem ou das chamadas *riquezas naturais*.

Choque de mentalidades, repare-se. Ou seja, *choque conceptual* – para além do choque físico que deu origem a conflitos sangrentos, depredações e, finalmente, claro genocídio.

Mas antes de abordarmos a maneira de viver e conceber o mundo do Índio, convirá termos uma ideia, ainda que algo sucinta e esquemática, sobre o universo em que este se movia, além dum leve vô sobre eventos históricos.

Será de considerar, desde logo, que os colonos que a partir de 1628 iniciaram de forma marcada a sistemática invasão dos territórios índios, a partir do posto avançado de Charlestown, eram membros de seitas religiosas, nomeadamente da dos *puritanos*, cuja existência nos seus países de origem, devido a perseguições e marginalizações, se tornara problemática. Desapossados dos seus haveres, chegados em petição de miséria, o que muito confrangia os índios, transportavam consigo, contudo, um terrível vírus – hábitos, preconceitos e filosofias de vida e ainda uma vontade sistemática de reconstruírem nessa América desejada o que não tinham podido conservar na terra de origem. Em vez de aproveitarem a oportunidade que se lhes deparava de erguerem um outro modo de viver, sem constrangimentos (como muitos *trappeurs* franceses fizeram) reproduziram os hábitos e os tiques comunitários do Velho Mundo que tão mal os estimara e aonde os índios eram, naturalmente, corpos estranhos perfeitamente sem lugar a não ser que renunciasses ao seu tradicional tipo de vida para se converterem aos usos e costumes dos brancos, com sua soma de incongruências. Além do mais, como foi logo percebido desde que Colombo pôs pé em terra, não era possível serem domesticados e só muito poucos – e mesmo esses geralmente em desespero de causa – abraçavam a religião que lhes chegava da Europa desconhecida. Assim, após terem-se dado conta da irreduzibilidade índia, os colonos introduziram de pronto em 1619, em Jamestown, a escravatura negra. Quanto aos índios, que recusavam acerbamente os trabalhos forçados – e tivera-se, meridionalmente, um bom exemplo com os *pueblos*, a contas com os espanhóis – a resposta era-lhes dada na ponta das espingardas.

Uma das características com que deparamos ao contactarmos com a Nação Índia é a diversidade e complexidade desse mundo, num acervo poderoso e multifacetado que chega a comover-nos dado que é mester apelar para a memória. Apesar de serem relativamente poucos se atentarmos na imensidade do território que ocupavam – segundo os estudos de ponta de Horst Hartmann, dois milhões e oitocentos mil no espaço que vai da região sonoriana até ao território subártico –, os índios estavam divididos em cerca de seiscentas nações principais, subdivididas por sua vez em milhares de tribos. Hoje tem-se como certo que teriam atravessado o Estreito de Bering em diversas vagas constituídas por grupos de escassas centenas há cerca de vinte cinco mil anos, multiplicando-se depois por todo o continente. Especialistas há que os classificam por famílias linguísticas, nada menos que 21, além de 32 línguas isoladas que desafiam a classificação em qualquer daquelas 21; outros, devido a problemas que não caberá aqui invocar, mas que são efectivamente de considerar, preferem classificá-los por nações (algonquinos, mississipianos, cadoanos, ute-aztecas, etc.) ou por regiões específicas (pacífidas, centrálicas, sílvicas, márgidas...). Seja como for, assentemos em que, tal como é dito por Frank Schoell, “os índios que

os colonos foram encontrar no século dezasseis e nos que se seguiram eram mais ou menos agricultores, mais ou menos caçadores, mais ou menos pescadores consoante os diversos imperativos do seu meio geográfico". Podemos pois distribuí-los, de acordo com estes imperativos, por cinco zonas relativamente distintas: a *zona do milho*, da costa atlântica ao Mississipi e no sul entre o Mississipi e as Montanhas Rochosas; a *zona do bisonte*, norte e centro da região entre o Mississipi e as Montanhas Rochosas; a *zona do caribu*, norte do actual Minnesota, Dakota setentrional e actual Canadá; a *zona das gramíneas*, Califórnia, Nevada e parte oeste do Utah; e a *zona do salmão*, costas da Califórnia do norte, do Oregon, de Washington e do Alasca. Cada conjunto de nações, divididas em tribos, exprimia de maneira própria as concepções religiosas e mágicas – e de alguma maneira filosóficas – formadas a partir de tipos de vida específicos; no entanto, havia uma constante comum: o relacionamento muito profundo com a natureza, com as realidades e os fenómenos que os rodeavam e aos quais emprestavam frequentemente significados originais. Recordemos, a talhe de foice, a rica cosmogonia dos Denes e dos Delawares, entre muitas outras possíveis. O imaginário do índio, manifestado em conceitos e objectos artísticos que tocam o surreal, tinha muito a ver com aquilo que no ocidente, principalmente a partir de meados do século dezoito, se convencionou chamar *poesia*. Mas na segunda parte deste texto concretizaremos este ponto.

Há – e chamo a vossa atenção para este facto – dois períodos perfeitamente definidos na vida índia: o *antes* e o *depois* da chegada do homem branco. Com a colonização, além de tribos inteiras terem sido exterminadas (chesapeaks, powhatans, tainos, mohicanos e outros, tantos outros) outras alteraram radicalmente o seu *way of life*: por exemplo, a introdução do cavalo – que estranhamente se extinguiu no continente – efectuada pelos espanhóis, determinou a passagem da vida sedentária para o nomadismo e seminomadismo, com o consequente estabelecimento de novos territórios de caça e alianças precárias ou firmemente cimentadas, principalmente dos chamados *índios da pradaria* (Plains): lakotas(sioux) teton, oglalas e yanktonai, pawnees, cheyennes do norte e do sul, kiowas apache, comanches, arapahos, apaches do norte, etc.

Convirá referir, igualmente, que a implantação europeia se deu através de cinco nacionalidades: a *implantação espanhola* (primeiro na Florida, depois avançando para o norte até à Carolina, Mississipi, Oklahoma, Colorado, Novo México, Kansas; mais tarde, 1602-1603, até à costa da Califórnia); a *implantação francesa* (curso do rio S.Lourenço, depois até ao Canadá – Nova França); a *implantação holandesa* (Delaware, Hudson, Long Island e ilha de Manhattan); a *implantação sueca* (estuário do Delaware, Trenton e o cabo Henlopen); a *implantação inglesa* (Virgínia, Massachussets, Rhode Island, etc.).

Há sensível diferença na forma como foram tratados os índios das diversas zonas de influência, apesar de a partir da formação dos Estados-Unidos e da Constituição de 1787 a palavra de ordem fosse retirar das mãos dos índios, mediante todos os meios possíveis, a terra que habitavam, afastando-os paulatinamente para oeste – o que descambaria no tristemente célebre conceito do *destino manifesto*, expressão cunhada pelo jornalista mercenário Horace

Greely com as consequências funestas que se adivinham. No espaço controlado pela França e durante o tempo em que os “*flentchi*”, nome pelo qual as tribos índias conheciam os franceses, foram o principal contacto com os autóctones na extensão territorial à época denominada Louisiana, vasta zona entre o Mississipi e as Montanhas Rochosas, para norte até ao Oregon e às regiões meridionais do Canadá – Alberta e Colúmbia – depois vendida por tuta e meia (15 milhões de dólares...) em 1803, pelo empenhado Napoleão aos EUA, houve um clima de boa vizinhança. Conforme escreve Herbert Wendt, *“embora houvesse brigas e desentendimentos, o período francês foi, de modo geral, intermezzo romântico na história da colonização da América, no seu todo rude e sanguinário(...) Os caçadores franceses, desde o início, estabeleceram relações de amizade com os índios. E eis que descobriram, maravilhados, que os homens descritos nas crónicas espanholas e inglesas como sendo peles-vermelhas sanguinários, eram na realidade homens hospitaleiros, comerciantes honestos e amigos fiéis. Os franceses percorriam campos e florestas em companhia dos indígenas, sentavam-se com eles em torno das fogueiras e, muitas vezes, tornavam-se índios. Muitos caçadores franceses procuraram ser integrados como membros das tribos índias, dançavam as suas danças guerreiras, usavam os seus mocassins, pintavam o rosto à maneira Índia e casavam com squaws. Os índios, por sua vez, como disse um dia um cacique chippewa, ‘com os franceses sentimo-nos como se fôssemos uma só família’. A capacidade de adaptação dos pioneiros franceses chegava, por exemplo, ao ponto do general Frontenac não ter dúvidas em dançar em torno dos totens e das fogueiras usando o uniforme de gala cheio de condecorações, o que muito encantava a assistência”*.

Tal devia-se, manifestamente, ao facto de os franceses possuírem maior abertura filosófica e social, ao próprio carácter gaulês alegre e algo rabelaisiano – leiam-se as “*Mémoires d’un trappeur*” do pinturesco Jean de Raimond , dito o “*Cauda-de-Lontra*” e ficará feita a verificação – e, por outro lado, ao especial cuidado posto por estes no seu relacionamento com os autóctones, tendo em vista os seus conflitos com a Inglaterra. No entanto, isso não os impediu de traiçoarem, faltando à palavra dada, os guerreiros hurons aquando do cerco de Detroit, o que determinou uma inflexão decisiva na sua guerra com os iroqueses. Os índios, aliás, não tinham papas na língua, quando se tratava de responder a quem tentava arteiramente evangelizá-los. Certo dia, eis como alguns hurons responderam a um missionário francês que procurava convertê-los: *“Queres discutir connosco sobre a alma e, no entanto, nem sequer sabes como capturar um castor!”*.

A dominação espanhola e inglesa assumiu foros de maior crueldade e violência não só porque os seus interesses eram mais agudos (num caso a febre do ouro, noutra a febre de estabelecerem enclaves) mas também porque a mentalidade índia diferia absolutamente do fanatismo castelhano e da frieza anglo-saxónica. Panfilo de Nervaes, depois seguido por Vasquez de Coronado, que no primeiro quartel do século dezasseis atravessaram a Carolina, o Arkansas e o Arizona, perseguiram e abatiam índios inofensivos que vinham contemplar a passagem das tropas, apenas para *“hacer la gracia”*, ou seja, para se adestrarem em jogos marciais. A dominação inglesa foi perita em explorar e estimular as rivalidades tribais, compelindo os seus circunstanciais aliados a exterminar os rivais – o que

teve pleno êxito na guerra anglo-francesa, na qual os iroqueses deram cabo de praticamente todos os hurons.

Já referimos que mohicanos mas também eries, pequots, miamis, mohawks, etc., foram dizimados através das armas convencionais e de epidemias, rapidamente disseminadas porquanto o sistema imunológico do índio não estava activado para lhes responder. E era o homem branco, com uma estranha caridade de cepa cristã, quem lhe fornecia mantas infectadas que – repare-se na requintada qualidade do cinismo – trocava frequentemente por boa quantidade de peles ou de belos produtos do solo.

Concretizando o que atrás disse: a diferença de métodos na colonização assenta no facto de que os espanhóis eram movidos pela caça ao ouro, efectuada em tons pomposos (note-se que tinham tido uma gratificante experiência com os incas e os aztecas) dado que a corte espanhola e os seus áulicos e apoiantes, imersos em complicados jogos de interesses internacionais, necessitavam desesperadamente do metal amarelo para a sua política imediata e de curto prazo. Não podendo atingir o mítico El Dorado e as Sete Cidades de Cibola, miragem fabulosa criada por um relato propagado pela imaginação desenfreada de um frade empreendedor e um pouco mitómano, *frei* Marcos de la Renta, que interpretara à sua maneira boatos que circulavam entre os aventureiros – e que haviam sido postos a correr pelos índios para lhes dispersarem a atenção e os confundirem – os espanhóis foram compelidos pelas condições hostis da região e das tribos, muito aguerridas (nas quais se destacavam os apaches) a acolher-se aos seus primeiros domínios; seriam mais tarde os mexicanos (mestiços descendentes dos invasores castelhanos) quem retomaria o afrontamento de pimas, yaquis, apaches e navajos (assim crismados devido às enormes navalhas de combate que utilizavam), isto numa primeira fase antes da anexação americana.

No que se refere à Inglaterra, interessava-lhe efectivamente o estabelecimento de feitorias, à guisa de testas-de-ponte donde partiriam para a conquista de outros territórios visando um estacionamento perene. A consequência inevitável era o extermínio ou a férrea sujeição dos autóctones, assim que se sentiam bem escorados nos postos que proliferavam.

Quanto à França, manteve sempre uma certa distanciação em relação à América – fosse na Nova França fosse, mais tarde, na Louisiana – imensidão territorial que o senhor de La Salle vistoriara. É bem conhecida a opinião de Voltaire, por exemplo, que considerava o Canadá uma espécie de frigorífico onde os concidadãos iam perder o seu tempo. A verdade é que, à França, interessava fundamentalmente a implantação de feitorias onde pudessem dedicar-se ao comércio das peles: quem dominava a colonização eram as “*societés*”, controladas por nobres negociantes astutos. Além disso, à coroa francesa – que na altura lançava olhares cobiçosos noutras direcções – não interessava imobilizar contingentes militares consideráveis a milhares de quilómetros de casa, policiando terras que a seu ver nenhuma falta lhe faziam. E foi este atraso mental dos monarcas gauleses que permitiu uma melhor respiração aos territórios sob o seu domínio. É também isso que explica – para além de casos decorrentes da

estratégia político-militar – as cedências finais durante o violento confronto posterior com os britânicos para controle dos territórios de nordeste.

Em 1825, 1831, 1841 e 1848 iriam ocorrer certos acontecimentos-chave que definitivamente afastariam a possibilidade das nações índias do oeste próximo e, mais tarde, longínquo sobreviverem, tanto mais que os índios – com uma única exceção, como já se aludiu anteriormente – nunca haviam encarado a formação de um Estado, cuja concepção moderna lhes era aliás alheia e desconhecida (hoje é manifesto que os chefes das denominadas *cinco nações civilizadas* tinham uma concepção de *nação* inteiramente diferente dos ocidentais). E essa “organização” de tipo libertário, assinala-se, foi uma das causas – senão a principal! – da fragilidade da Nação Índia frente aos hierarquizados, normalizados e metódicos invasores.

Esses acontecimentos foram: 1. A abertura do canal Erie, que escancarou sem retorno as comunicações entre o Leste e o Middlewest, estimulando ainda o desenvolvimento comercial e industrial da região dos Grandes Lagos, ou seja Buffalo, Cleveland e Chicago; 2. A invenção, por Cyrus McCormick, da ceifeira-debulhadora, de que resultou que em poucos anos centenas de milhares de hectares, onde então pastavam milhões de bisontes, fossem transformados em campos cultivados; 3. A construção da Erie Railroad, que permitiu o desbloqueamento das passagens para Oeste; 4. Finalmente, a descoberta do *ouro da Califórnia* na herdade de Johannes Sutter, o que causou uma devastadora corrida às minas, com milhares de desenraizados e aventureiros a atravessarem as pradarias e as Montanhas Rochosas em caravanas ou em simples bandos, depredando a flora e a fauna – abatendo indiscriminadamente bisontes, que constituíam a base da alimentação dos Plains – com os consequentes levantamentos e as *guerras índias* protagonizadas pelos arapahos, kiowas, cheyennes, crows, lakotas, shoshonis, flatheads, etc.; mas o ouro era então fundamental, tanto mais que em 1836 o secretário do Tesouro Richard B. Tanney, com a pronta anuência do Presidente Jackson, emitira a *Circular das Espécies* nos termos da qual, para a aquisição de terras, o governo só aceitava pagamento em ouro e não em notas de banco.

Era o princípio do fim – do fim sórdido, inútil, lamentável. Mas, neste relance em torno da História, fiquemo-nos por aqui.

3. O Índio norte-americano e o seu relacionamento com o Imaginário

“Se não maltratardes o povo vermelho, mas o tratardes com justiça, podereis ganhar a sua amizade; pois ele possui profundos conhecimentos do que é bom e do que é mau”

William Penn

Ao contrário do homem ocidental, que concebe o mundo como representação abstracta no plano filosófico e como entidade absolutamente dependente no plano metafísico, o índio relacionava-se com a existência pela analogia. O que, se possibilitava naturais erros de avaliação, como por exemplo em relação às

verdadeiras intenções do homem branco, que buscava não a *utilização* das terras mas a sua *posse*, mesmo que tivesse de massacrar os seus detentores, garantia de igual modo, no mundo físico que habitava, uma integração harmoniosa e um genuíno gosto de viver que só foi alterado pela arrancada branca. O universo do índio, mais que um universo *mágico* era um universo *poético*. Ou, por outras palavras: o índio realizava no quotidiano a maneira de ser proposta, no quadro ocidental, pela Poesia e a vida que esta, a ser vivida, exemplificaria. Mais que animistas, os índios eram entes ancorados num quotidiano vitalista que a cada passo lhe fornecia exemplos e imagens construídas e nascidas da imaginação prática (ou deveria dizer *praticada?*), que é o que o poeta, no bisonho e entorpecido mundo ocidental dominado por classes, tenta plasmar nas suas construções imaginativas e verbais. (Há só uma excepção: a proposta pelos mestres alquimistas, que como perspicazmente assinalou André Breton, espiritualizavam a matéria e materializavam o espírito, escapando assim ao controle do “*pensamento oficial*”. Como mais uma vez Horst Hartmann referia, os índios não estabeleciam qualquer diferença de base entre sonhos e visões, por um lado, e realidade (a dita realidade palpável) por outro; e isto, é claro, não porque não soubessem distinguir entre uma e outros mas porque ambos tinham o *mesmo valor indicativo*. Devido a isso, numa forma que a canalhas ou imbecis pareceria ingénua, respeitavam o solo, os rios, os animais e mesmo os guerreiros com quem se defrontavam. Viam-nos como parte dum todo a que estavam ligados, eram protagonistas numa existência recheada de significado (nunca houve índio que bolsasse inanidades como, por hipótese, uma tal *crise de identidade*...). Nesta conformidade, a “religião” Índia deve ver-se como aquilo que de facto era: prática efectiva de *ligação* a um universo onde as coisas aconteciam por razões porventura misteriosas mas repletas de sentido – ao contrário da ocidental, que assenta na *re-ligação*; com efeito, não possuindo mitos de queda e de culpa, para que necessitaria o índio de se re-ligar ao que quer que fosse? – devido a uma dialética e a uma dinâmica que tinha a ver com uma existência não-precária e frequentemente atingida pelo senso da plenitude. Assim, é perfeitamente descabido, quando não pura impostura ou sonoro desajuste falar-se em *deuses* a propósito do índio norte-americano (norte-americano, sublinho) – ou, como o fizeram durante muitos anos os melífluos missionários que o ocidente lhes punha à disposição, amparados pelo cacete papal, manobra que caucionava a repressão. O índio cria num *grande mistério*, o que se poderia traduzir por a *coisa sagrada* em termos ocidentais e exprimia o sentido do sagrado, em termos poéticos, que eles sentiam existir em tudo e que a seu ver envolvia a existência e era, por seu turno, permeabilizado por ela, estabelecendo uma ponte directa e bem prática entre o mundo e o transmundo das coisas e dos seres – vistos, pensados e sonhados. Esse *grande mistério* ou *grande medicina*, encarnava se assim podemos dizer de nação para nação – como o wakanda dos Lakotas (yanktonais, santees, oglalas, tetons e yanktons) e Cheyennes ou o manitu dos povos do nordeste – em entidades diversas, palpitando de actividade no quotidiano da tribo e que atravessavam a realidade circundante. Os animais tutelares ou *totens* eram assim como *uma estima do coração* e não deuses benevolentes ou maléficos e muito menos presenças metafísicas que se intrometiam na sua vida, como sucede no ocidente, onde o poético, o espiritual e o físico estão inapelavelmente compartimentados da triste maneira que se sabe e se sente. O índio tinha um comportamento epicurista ou estóico conforme as circunstâncias da vida quotidiana: era grave mas não taciturno; alegre mas não

descabelado. E isto porque não era perseguido pela *descontinuidade* característica da circunstância judaico-cristã, agravada pelos ritmos instaurados pela revolução industrial. Apesar da sensível e por vezes rude discriminação que sobre os índios de agora ainda incide, estimulada pela política económica das Companhias – o que pudemos constatar tanto na região *plain* (Dakotas e Nebraska) como no Canadá da tolerância e da polidez (*grande península* georgiana, ou seja na região huron-iroquesa dos lagos Huron e Ontário) – as reservas índias, mau grado os problemas instilados pelos “white-eyes” são comparativamente locais onde pulsa a luz do espírito que só raramente se sente entre as populações urbanas da América *not coloured*. Pode dizer-se com ironia deliberadamente cruel que o cuspo que os colonos atiraram para o ar, nos tempos da sujeição dos índios, recai-lhes agora na face como um aguaceiro nefítico.

Não sendo um ser amedrontado, o índio nenhuma necessidade tinha de procurar aplacar espíritos bons ou perversos, como sucede noutras civilizações. Claro que se alegrava ou inquietava, mas a exemplo do que sucede no acto poético – em que os terrores são terrores pela sua própria condição bem assim como os contentamento – consoante os sinais que distinguia no decorrer da existência. Os mortos inquietavam-no porque ele sentia que o reino da morte era doutra quotideaneidade, mas podiam também alegrá-lo: não era invulgar um índio chegar ao lar e manifestar a sua alegria por ter, numa jornada de meditação (em geral apoiada em jejuns) sido contemplado com o *aparecimento* dum parente, dum animal doméstico muito estimado, etc.; note-se ainda como exemplo que entre os Plains eram ciclicamente efectuadas danças rituais para *facilitar* ou *possibilitar* a vinda das manadas de bisontes e não para *comunicar* a um determinado deus (animal ou de tipo humanóide...) que já era tempo de se pôr ao trabalho e encaminhar os rebanhos para junto dos territórios de caça (sempre bem estabelecidos por consenso milenar). O totem possuía portanto um valor de ligação e não de adoração. O índio não possuía ritmos de adoração, encarando esta palavra como bajulação a uma entidade supostamente superior ou desencarnada. No que respeita aos denominados *homens-medicina* (e não feiticeiros, designação que apenas faz parte do vocabulário branco veiculado pelas fitas de Hollywood) que noutras comunidades tomam em geral a designação de sacerdotes ou orientadores espirituais conforme a latitude ou a civilização, eram *curandeiros* um pouco à maneira dos homens-de-virtude da região ibérica, ou aconselhadores qualificados que, em certas ocasiões determinadas por condições muito próprias, tomavam o cargo (espontâneo e circunstancial e sempre amovível) de chefes específicos que emergiam do quotidiano da tribo e não se empenhavam em ter mais ou menos influência, o que seria impensável pela lógica da organização do tecido social. Para aclarar melhor a questão: o justamente famoso – pela ponderação e a coragem – Sitting Bull, era *homem-medicina* e a consideração de que gozava no seio da tribo era tanta que assumiu o cargo de *sachem* (chefe geral) dos lakotas, que tinham como chefe-de-guerra o não menos célebre Cavalo Louco, que era evidentemente tudo menos louco – o nome vinha-lhe de ter capturado bravamente um garanhão enfurecido em condições peculiares. Os nomes, entre os índios, eram não só um *indicativo* mas também um *qualificativo*. Fazendo um pouco de humor, digamos que se calhar o nosso “bochechas”(Mário Soares), se índio fosse, teria talvez o

nome de Urso Aldrabão ou, quiçá, Castor Vaidoso ou Arganz Sedutor... Mas passemos adiante!

Os homens-medicina, fossem chefes ou não, acompanhavam o dia-a-dia, orientavam as festas e os rituais (de colheita, de caça, de mudança de estação ou de localização da tribo) eram de certa forma o garante dos grandes ritmos que presidiam à relação entre o conhecido e o desconhecido. Por vezes funcionavam como diplomatas inter-tribos e, nalgumas que em ocasiões sacrais utilizavam alucinogénios (como entre os pimas e os yaquis) interpretavam as visões daí decorrentes. Note-se que os índios usavam de preferência jejuns e períodos de isolamento em lugares específicos: montanhas, bosques e recantos junto a rios, no caso dos índios do sudoeste orlas de desertos (jamais se adentravam pelo deserto, como fizeram no último período da romanidade as comunidades de cenobitas cristãos do norte de África), onde buscavam ser contemplados com *revelações* em ordem a compreenderem o mundo e o seu Eu profundo.

Quanto aos chefes, que como já se aflorou podiam ser chefes-de-guerra ou civis, estavam rigorosamente dependentes dos conselhos tribais e, se eram sempre acatados e respeitados, uma vez que emergiam naturalmente da comunidade, funcionavam mais como *consciência da nação* do que como líderes cuja palavra não era passível de discussão. Só numa circunstância tinham de ser rigorosamente seguidos: quando em estado de batalha – e os próprios conflitos, como a palavra *batalha* deixa perceber, eram de âmbito limitado, sendo fundamentalmente sustentados por *grupos*. Mesmo quando uma nação era tradicionalmente inimiga de outra, como os sioux e os pawnees por exemplo, não se buscava a extinção do adversário e o *feito guerreiro* tinha fundamentalmente a ver com a qualidade e não com a quantidade. Lutava-se pela honra, pela coragem, pela vingança de injúrias ou pelo abuso da entrada em territórios de caça ou utilização. A posse destes últimos estava dependente do uso que lhes dado pelo colectivo e, portanto, não era encarada como exaustiva e total. Nunca passaria pela cabeça de um índio dizer *este sítio é meu*, pois entendia-se que apenas a aprovação ao *grande mistério* possibilitar que a tribo dispusesse dele a seu efectivo bel-prazer. Em geral, os índios norte-americanos eram anarco-comunistas, ou melhor: socialistas libertários, o que os distinguiu das monarquias totalitárias ou de claro enfoque do que depois se chamaria nazismo (por exemplo os aztecas) das nações da América central.

Grande parte da civilização ocidental assenta num intrincado jogo de *efusão/recalcamento* (para usar a terminologia freudiana) que estimula o *desejo de acumulação*. Ao frustrar pulsões legítimas, o sistema relacional ocidental e cristão (a este respeito sugerimos a leitura de “*A neurose cristã*” de Pierre Solignac) distorce o pensamento e dá origem à *necessidade de posse* dos bens, que tudo arrasta na sua frente (o que é caracterizado pelo axioma “*uso e abuso*” que define o conceito de propriedade). A mística recorrente é, em geral, apenas uma fórmula – e, em rigor, hipócrita e falsa – para tentar impedir que as consequências vão demasiado longe ou, então, para camuflar o que subjaz aos manejos dos sectores dirigentes e possidentes. Nunca passou pela cabeça do índio, antes da dura realidade o esclarecer, que o branco quisesse para exclusivo uso seu e para fins que ao índio pareciam provindos da banal loucura – isto é textual, é um raciocínio dum líder chikasaw, Braço-de-pedra – o vasto território

que lhe parecia sem fim e onde as nações índias viviam harmoniosamente devido à arquitectura forjada pelos milénios. Estabilizada por anos e anos de sucessivo aperfeiçoamento que a vastidão e a riqueza do continente permitia, a vida do índio estava recheada de sentido. A vida era por vezes dura, mas sempre se revelava gratificante. Interiormente, o índio interrogava-se mas não se enrolava sobre si mesmo e, se muitas vezes se angustiava, como ser humano que era, as ricas relações no interior da comunidade encarregavam-se de aplacar ou dissolver essa palpitação negativa. Nas tribos do nordeste e da costa atlântica, que foram as que primeiro sofreram a brutalidade do invasor, o choque entre a sua mentalidade libertária e a obstinação primária dos colonos foi o sinal claro do que a seguir iria suceder, uma vez que a terra não era para o índio *um corpo político* e sim um lugar onde residia com as árvores, os animais, as montanhas, a chuva e o deserto, em suma: tudo aquilo que constituía o mundo de realidade e de sonho onde não fora instaurado o *complexo de culpa* que constitui uma das bases fundamentais do pensamento religioso ocidental e, inevitavelmente, o seu cerne filosófico. Para o índio norte-americano a morte não era, como para o cidadão europeu, uma *essência* e sim uma *cessação*. Nunca uma imanência, antes uma consequência bem reconhecível – uma facada, um tiro, uma doença ou a muita idade. Arguto, encarava por isso a protéria judaico-cristã como uma história absurda ou uma impostura. E por isso mesmo o seu mundo conceptual, extremamente perigoso para o que lhe chegava abruptamente, tinha de ser destruído pelo homem branco.

Assim sendo, é fácil tirar a conclusão maior destas linhas e a *única para que chamo vivamente a vossa atenção*: sempre que uma civilização baseada na *tradição secular livremente engendrada* se confronta com outra baseada na *evolução acelerada e na acumulação*, a primeira desaparece ou é gravemente transformada pela segunda.

Significa isto que, ao cabo, a sorte da Nação Índia estava traçada no momento em que Colombo pôs o pé nas praias do Novo Mundo. O índio, que vivia no neolítico mas que apesar de tudo mostrou uma espantosa capacidade de adaptação interior – e mesmo exterior, convenhamos – a ritmos que lhe eram totalmente alheios, conceptualmente estava mergulhado no chamado *estado segundo* ou seja, o mundo mental em que realidade e sonho se interpenetram (estado esse que é profundamente odiado pelos próceres da civilização ocidental, que apenas respeitam ou a Razão ou o instinto de posse camuflado de *necessidade espiritual* (vulgo religião, que é apenas e tão-só, se nos despirmos de preconceitos ou receios, um polo agregador de interesses psico-sociais. É esse *estado segundo* que explica a curiosidade que os autóctones americanos sentiram pelo álcool, o que foi de imediato explorado pelos colonizadores. Como o álcool lhes permitia/facultava atingir um estado de euforia – que, diga-se, excelsos poetas gregos e árabes epigrafaram com volúpia (será necessário nomear o justamente célebre “Rubayat” de Omar Khayam?) – que eles pensavam ser um ritmo dos brancos, deixaram-se defraudar pelos colonizadores, que estimulavam cinicamente o alcoolismo. Chegou-se a um ponto tal que em certas tribos do Middlewest e do Oeste houve a necessidade de os conselhos tribais interditem rigorosamente o seu consumo, chegando-se a estabelecer (e é um dos poucos casos em que tal ordálio se aplicava) a pena de morte, punição raríssima entre os índios visto que em geral era substituída por *obrigações de*

doação. Entre os Plains, o álcool era mesmo considerado como mais uma *arma de guerra* por parte dos brancos.

A nação índia, no seu todo, desapareceu para sempre. Nobre e orgulhoso gavião planando sobre montanhas e florestas, viu o seu vôo destroçado pela gente que a princípio auxiliara. Espoliada, caluniada, utilizada em divertimentos de pacotilha – mas também respeitada, compreendida e amada por ocidentais que *sabem ser índios na selva urbana* – é hoje não mais que recordação, uma vez que se desfizeram as raízes que a sustentavam: o território onde se estabelecera o equilíbrio harmonioso entre a natureza e o homem.

Hoje em dia, habitantes que somos de universos alternativos e, ultimamente, até interactivos, resta-nos somente uma certa nostalgia – mas igualmente, afinal, a arma de sabermos que é possível viver-se, mais que não seja por dentro, de maneira menos precária do que a vida (?) que foi criada, consentida e consolidada pelos europeus filhos do Método e da Mística da navegação entre Cila e Caríbdis ou, que ainda é pior, das correrias entre Zeus e Mamón.

Ano da aurora de 1997

Bibliografia de apoio

História dos Estados-Unidos – Frank L. Schoell
Enterrem o meu coração na curva do rio – Dee Brown
Introdução à poesia – Johannes Pfeiffer
Tudo começou em Babel (edição brasileira) – Herbert Wendt
História da morte no ocidente – Philippe Ariès
Os índios da América do norte – Horst Hartmann
O primeiro americano – C.W. Ceram
Os nativos americanos – D.Thomas, Jay Miller, etc.
Undaunted courage (não publicado em Portugal) – Stephen E. Ambrose
Art et Alchimie (não publicado em Portugal) – Justin von Lenep
A queda de Custer – David Humphrey Jennings
La lampe dans l'horloge (não publicado em Portugal) – André Breton
Custer died for your sins (não publicado em Portugal) – Vine Deloria
The west (não publicado em Portugal) – Geoffrey Ward
Os deuses do homem pré-histórico – Johannes Maringer
Os deuses antigos – E. O. James
American indians myths and legends (não publicado em Portugal) – Richard Erdoes e Alfonso Ortiz
As origens do cristianismo – J.G.Davis
Eros e religião (edição brasileira) – Walter Schubart

Revistas avulsas: *Anthropos* (EUA) e *Sphinx* (Inglaterra).

ANEXO

Obras cinematográficas

Além do filme de Kevin Costner “*Dança com lobos*”, que para muitos representou o primeiro contacto com o índio enquanto ser humano enraizado, diversas películas têm apresentado o ambiente índio, antigo ou moderno, com suficiente credibilidade ou mesmo de forma superior. Independentemente do seu perfil artístico, que é evidentemente variável, considera-se que as seguintes são obras de base. E felizmente quase todas se encontram disponíveis em vídeo.

Nota – O sinal (.) indica obras referentes à época actual.

Asas de águia – realizado por Anthony Harvey

O grande combate – John Ford

O último guerreiro – Harry Hook (.)

O homem chamado cavalo – Eliot Silverstein

O clã dos guerreiros – Franc Roddam (.)

Desforra apache – Michael Winner

O pequeno grande homem – Arthur Penn

O soldado azul – Ralph Nelson

A fuga de Ulzana – Robert Aldrich

Chuka – Gordon Douglas

O vento negro – Errol Morris (.)

O vale do fugitivo – Abraham Polonsky (.)

Mohawk – Kurt Neuman

A flecha quebrada – Delmer Davis

Graveyard – Charles Pierce

O rio das penas – Gordon Douglas

A última caçada – Richard Brooks

Coração de trovão – Michael Apted (.)

Terra bruta – John Ford

O último bravo – Donald Shebib (.)

Comanche station – Budd Boeticher

O guerreiro do vento – Keith Merrill

Tecumseh – Larry Elikan

Espírito guerreiro – René Manzor (.)

O mundo não perdoa – John Huston

A flecha sagrada – Samuel Fuller

A pena branca – Robert Webb

O último apache – Robert Aldrich

Geronimo – Walter Hill

Estrada da fortuna – Ken Friedman (.)

A desaparecida – John Ford

Quinhentas nações (documentário em 8 jornadas) – Kevin Costner

Contos, novelas e ensaios

Memórias de Ponta-de-ferro – relato estabelecido por William Camus

Viagem para as trevas – John Upton Terrel
Enterrem o meu coração na curva do rio – Dee Brown (chefe Olho Sagaz)
O sol Hopi – Dan C. Talayesva (chefe Águia Branca)
A viagem de don Álvaro Cabeza de Vaca – trad. do espanhol antigo por Fanny Bandelier
As minhas aventuras no país dos Zuñi – Frank Hamilton Cushing
Contos – Dorothy M. Johnson
Na pista do Oregon – Francis Parkman
Apache – W. Livingston Confort
I'shi em dois mundos – Theodora Kroeber
Os caçadores do Arkansas – Gustave Aimard
Onde os mortos dançam – Tony Hillerman
A pradaria – James Fenimore Cooper
A minha história – Geronimo, texto estabelecido por Frederic Turner
Ainda há índios? – Claude Roy, Roger Renaud, Edouard Bailby, etc.
Antigas Américas – Michael Coe, Dean Snow e Elisabeth Benson
O livro da herança americana dos índios – William Brandon

Sugere-se, ainda, a leitura das obras de Zebulon Montgomery Pike, John Charles Fremont, Benjamin Bonneville e Edewin Thompson Denig (nenhuma delas publicadas em português). De muito interesse, igualmente, é a obra gráfica de Karl Bodmer e, de Georges Catlin, o álbum “Hábitos, costumes e condição dos índios norte-americanos”, que arrola cerca de quatrocentos desenhos e pinturas a cores (em França ed. pela Denoel). As obras “Contos de Inverno”, anais das tribos Lakotas e Kiowas e a “Walam Olum”, crônica tribal dos Delawares, são também excelentes, posto que difíceis de encontrar no mercado fora dos EUA ou Canadá. É boa leitura, ainda, a “Relação da primeira viagem e descobertas dos Espanhóis na América”, de frei Bartolomeu de las Casas, bem como o relatório diplomático da expedição de Lewis e Clark.

* (Conferência proferida no auditório da Escola Superior de Educação de Portalegre no decorrer da “Semana Índia”)